

ENTRE FLORES E ESPINHOS: A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE EM DUAS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Silvani Silva¹

Ana Flávia Flores²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo: Este artigo busca colaborar na discussão sobre a juventude rural e os desafios que enfrenta no campo, mostrando alguns dados coletados da pesquisa feita através do contrato INCRA/UNIARA com o título "Diagnóstico regional com o objetivo de identificar as vocações e potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e comunidades quilombolas estão inseridos", que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo⁴. A pesquisa demonstrou que um dos entraves de desenvolvimento está relacionado à juventude assentada que enfrenta, de forma acentuada, a ausência de políticas

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara/UNIARA. Bolsista CAPES. Graduada em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) UNIARA. Email: silvani.j@bol.com.br

²Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Bolsista CNPq. Graduada em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). UNIARA (Centro Universitário de Araraquara). Email: anaflaviaflores@hotmail.com

³Socióloga, Pesquisadora 1-A do CNPQ, Coordenadora do Mestrado em desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do NUPEDOR. Email: vbotta@techs.com.br

⁴Pesquisa que foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA). Equipe multidisciplinar, formada por um grupo composto por docentes da UNIARA, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos, o que permitiu identificar obstáculos e dificuldades das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

públicas a ela dirigidas. O artigo tenta analisar a juventude assentada e como esta tem um papel fundamental no futuro dos assentamentos. As mudanças enfrentadas pelos jovens se refletem nos modos de vida da juventude rural, que vem sendo considerada como uma categoria heterogênea, com múltiplas vontades e que pensa o campo não mais no modelo tradicional, no qual a forma de trabalho agrícola era predominante, esperando contar com várias possibilidades e dimensões para se desenvolver. Foram igualmente identificados alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente, a pesquisa apontou que o futuro dos assentamentos, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Juventude assentada; Futuro dos assentamentos.

***Abstract:** This article seeks to contribute to a discussion on rural youth, the challenges they face in rural areas, showing some data collected from a research conducted under a cooperative agreement between INCRA and UNIARA entitled "Regional diagnosis to identify vocations and potentials of the regions including the productive systems in which the projects of settlements and quilombolas communities are inserted", which evaluated the public policy and the perspective of local and regional development of settlements in the State of São Paulo. The research results demonstrated that one of the barriers that significantly hampered the development is related to the settled youth as they face big challenges due to lack of public policies to address this issue. The article attempts to analyze settled youth and the extent to which youth can contribute and play a key role for the future of the settlements. Changing patterns reflect the evolving lifestyle of rural youth that have been identified as a heterogeneous category with multiple ambitions, who evaluates the landscape not only for its traditional model, predominantly characterized by agricultural activities, but with huge possibilities for development. Some possible barriers were also identified in relation to rural youth, and especially the research pointed out that the future of the settlements, according to most of the responses, depends on arrangements for improving public policies, strategic plans and organization of the actors involved in this process.*

Keywords: *Public policies; Settled youth; The future of settlements.*

Introdução

Este artigo tenta analisar a juventude assentada e apontar seu papel fundamental no futuro dos assentamentos. Mais ainda do que as mulheres, a categoria dos jovens é quase invisível. Mais eles é que garantirão a continuidade ou não da agricultura familiar. Inicialmente é preciso perguntar: quem são esses jovens que vivem no meio rural?

A realização da pesquisa para avaliar as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo, permitiu-nos identificar alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente apontar que o futuro dos assentamentos, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Uma das problemáticas que a juventude rural enfrenta está relacionada à educação. Outro fator a ser analisado é a falta de investimento na educação para as pessoas que vivem no campo. Muitos assentamentos não têm escolas, devido à proximidade dos mesmos com os municípios, deixando os serviços públicos anestesiados e amortecidos pelos atendimentos urbanos. Outro desafio colocado para as escolas do campo, ou escolas que atendam crianças do campo, está relacionado à falta de um projeto político pedagógico que contemple essas crianças⁵. Todos esses fatores demonstram que é preciso repensar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo.

O futuro da juventude assentada não se pauta somente pela educação. São outros os fatores que acabam por ocasionar a saída da juventude do meio rural. Para o futuro dos assentamentos é preciso melhorias na infraestrutura, maior investimento na educação/escola, na produção, na organização dos próprios assentados e assistência técnica. Para os entrevistados o futuro dos assentamentos depende primeiramente da solução destes problemas.

⁵Em alguns assentamentos há experiências bem sucedidas de projeto político pedagógico. Por exemplo, o Assentamento Bela Vista do Chibarro de Araraquara que recebeu pelos projetos implantados pela "EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto", prêmios de dimensão nacional. A substituição a partir de 2012, da experiência Escola do Campo pelo método Sesi de Ensino tem suscitado controvérsias e avaliações críticas.

Juventude assentada: categoria heterogênea e os desafios enfrentados

Anoção de juventude remete à transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital, por isso, vários países e instituições de pesquisa determinam juventude a partir de uma abordagem cronológica de idade. O Brasil "segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos" (TROIAN *et. al.*, 2009 p.04).

A juventude é considerada um período de auto-identificação, bem como de desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Segundo TROIAN (2009):

O termo juventude remete a uma série de conceitos, aos quais muitos especialistas definem de maneiras divergentes. Culturalmente determinada, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (TROIAN, 2009, p.03).

Esta é uma fase de transição, por si polêmica, já que nela, os indivíduos estão deixando a infância, que é a primeira fase do desenvolvimento corporal e da primeira socialização, para a fase da idade adulta. Analisando a noção desta condição, Abramo (2005) coloca em tese que esta transição é o ápice do desenvolvimento e da plena cidadania, que diz respeito, principalmente: a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (trabalhar para se sustentar a si próprio e a outros); reprodução (gerar e cuidar dos filhos); e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade).

Naturalmente, assim acontece no meio rural, é nesta fase que surgem os questionamentos quanto à permanência na propriedade dos pais e, conseqüentemente, continuidade dos afazeres da família ao distanciamento da propriedade rural familiar com interesse no modo de vida nas cidades.

É preciso compreender a juventude rural como uma categoria socialmente construída, atingida pelas mudanças e crises recentes do mundo rural, as quais têm transformado o campo em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola (CARNEIRO, 1998).

Para Fernandes (2008), o campo atualmente produz dois territórios: o campo do camponês e o campo do agronegócio⁶. O campo do agronegócio constitui

⁶De acordo com Fernandes (2008), agronegócio compreende um complexo sistema de ►►

seu território para a produção de mercadorias, é uma paisagem homogênea, através da composição uniforme da monocultura e se caracteriza pela pouca presença de pessoas e pela devastação ambiental.

O campo camponês constitui território para a existência, desenvolvendo todas as dimensões da vida: produção, moradia, cultura, infraestrutura social sendo caracterizado pela presença de pessoas que vivem e moram. É nesse campo heterogêneo que a juventude assentada está inserida, como uma das categorias sociais, afetada pela falta de perspectivas e pelos conflitos de permanência na agricultura familiar.

Os jovens vivem conflitos que se expressam entre a ausência de perspectiva de permanência no campo e, por outro, o sonho, ou ilusão de uma vida na cidade e de um trabalho assalariado, para o qual não há preparo e qualificação. Diante dessa situação, Whitaker (2006) aponta que:

Um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma "força jovem" interior a comanda-los mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêm a continuidade das gerações (WHITAKER, 2006, p.115).

Admitindo, desde a ótica do trabalho que juventude rural vive na invisibilidade da esfera social, CARNEIRO, (2005) aponta que as condições materiais interferem na saída dos jovens do meio rural. E o contato mais freqüente com os valores da sociedade urbano-industrial, que faz com que os jovens formulem projetos individuais, com objetivo de "melhorar de vida", associado ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior.

►► agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho. Faz parte do complexo a produção de tecnologias para atender o desenvolvimento desse sistema, bem como, a mecanização do corte da cana "o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e com diversos setores da economia. Essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. Agronegócio é, portanto, o novo do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive, a agropecuária capitalista (FERNANDES, 2008, p.47). Contudo, esta afirmação não se isenta de críticas e controvérsias.

Dentro dessa ambiguidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêm sua auto imagem refletidas no espelho da cultura "urbana", "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem (CARNEIRO, 1998, p.3).

Essas mudanças enfrentadas pelos jovens se refletem nos modos de vida da juventude rural que vem sendo considerada como uma categoria heterogênea com múltiplas vontades, que pensam o campo não mais no modelo tradicional, no qual a forma de trabalho agrícola era predominante. Os jovens vêm o campo com várias possibilidades e dimensões para se desenvolver.

Em seus estudos sobre a juventude rural, Carneiro, (2005) observou que as razões afetivas de cunho familiar e a comunidade de origem são justificativas que revelam o desejo permanecer no campo, enquanto a "falta de recursos" (educação e comércio), o lazer e as opções de trabalho qualificados são apontados como carência que mobilizam a ida para a cidade.

Nessa relação com os dois mundos, o rural e o urbano resultariam na combinação das diferenças através das quais os jovens não mais cogitam a possibilidade de rompimento completo com o universo cultural de origem, mas a realização de um projeto próprio com segurança oferecida pelos laços familiares. "Resultado de uma elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais" (CARNEIRO, 1998, p.14).

Nesse processo de intensificação da comunicação entre universos culturais distintos, as fronteiras entre o "rural" e o "urbano" tornam-se cada vez mais imprecisas no que concerne às diferentes idealizações e projetos dos jovens. Contudo é certo que o resultado não aponta para a conformação de um todo homogêneo [...] Disso resulta a afirmação da sociedade local a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maioria específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identificamos como rurbanização (CARNEIRO, 1998, p.20).

A valorização da agricultura familiar deve ser um elemento estratégico para reorientação das políticas que visam o desenvolvimento rural em todas as suas dimensões, sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais.

Segundo Silva e Batista (2011), o cenário rural tem se tornado um ambiente desafiador, apresentando tendências na revalorização e ressignificação da agricultura familiar como categoria importante para o desenvolvimento rural que deve contar com a participação dos jovens,

[...] seja como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural como as novas ruralidades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização garantindo, dessa forma, melhoria nas condições de vida das populações rurais (SILVA, BATISTA, 2011, p.79).

Para tanto, o futuro da juventude assentada nos assentamentos depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

O reconhecimento da importância da agricultura de base familiar, por parte dos órgãos públicos e privados, como estratégica para geração de emprego e renda no campo, assim como para a produção de alimentos seguros, é o primeiro passo para a criação e execução de políticas públicas que proporcionem aos jovens a oportunidade de visualizar a agricultura como uma das várias possibilidades profissionais para busca de um futuro com dignidade e qualidade de vida (SILVA, BATISTA, 2011, p.88).

Diante disso, este artigo, busca colaborar na discussão sobre a juventude rural, os desafios que a mesma enfrenta no campo, mostrando alguns dados coletados da pesquisa feita através do convênio INCRA/UNIARA, com o título **Diagnóstico Regional** com o objetivo de identificar as vocações e potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e comunidades quilombolas estão inseridos, que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo⁷. Foi demonstrado que um dos entraves de

⁷Pesquisa que foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural ►►

desenvolvimento está relacionado à juventude assentada que enfrenta de forma acentuada, a ausência de políticas públicas a ela dirigidas.

Educação e Juventude

Foram identificados alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente, foi apontado que o futuro dos assentamentos no Estado de São Paulo depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Uma das problemáticas que a juventude rural enfrenta está relacionada, como já reiterado, à educação escolar. A pesquisa revelou que nos Assentamentos visitados no Estado de São Paulo o nível de escolaridade das famílias é o ensino fundamental incompleto.

Tabela 1 – Nível Médio de Escolaridade.

Escolaridade	%
Analfabeto	7
Fundamental Incompleto	49
Fundamental Completo	10
Ensino Médio Incompleto	8
Ensino Médio Completo	18
Superior Incompleto	5
Superior completo	2

Fonte: Pesquisa Campo, 2011.

Nas regiões Central/Araraquara e Leste/Grande São Paulo⁸, que são os focos deste artigo, esses dados se confirmaram. Considerando o histórico da Educação rural no Brasil, bem como as políticas destinadas a esta população, o simples fato de se colocar em pauta a necessidade de uma "Educação do Campo" indica

►► (NUPEDOR/UNIARA). Equipe multidisciplinar, formada por um grupo composto por docentes da UNIARA, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos, o que permitiu identificar obstáculos e dificuldades das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

⁸A pesquisa denomina de Região Central os Assentamentos das cidades de Araraquara, Ribeirão Preto, São Carlos, Iaras, Colômbia, Piratininga e Descalvado. E Região Leste os assentamentos localizados nas cidades de Americana, Apiaí, Biritiba Mirim, Cajamar, Itapetininga, São José dos Campos e Tremembé.

que a educação rural está longe de ser adequada para o contexto no qual se insere. Isto porque o rural e sua população ainda continuam sendo vistos "como um mundo à parte, fora do comum, ou seja, fora dos parâmetros definidos pela representação urbana, esta sim, a moderna" (OLIVEIRA, BASTOS, Apud SILVA, 2004, p.149).

Na jornada que já ultrapassa 16 anos, os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram e desencadearam um processo nacional no qual se luta pela garantia dos direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação. A educação defendida pelos movimentos sociais preconiza que a Educação seja no e do campo. "No: o povo tem que ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais". (CALDART, 2002 p.18). Para os Movimentos Sociais, pensar a Educação do Campo pressupõe que ela atenda aos reais anseios dos camponeses, participantes ativos do processo de construção de uma escola de qualidade no local onde moram.

A luta por uma educação do Campo já galgou no que diz respeito à legislação um conjunto importante de instrumentos legais que reconhecem e legitimam as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação se exerça, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo (MOLINA, 2011).

Podendo destacar algumas leis: a primeira é a Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu diretrizes para a educação nacional, que declara:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996, p.8).

A segunda lei para embasar o projeto das escolas do campo foi a Lei Federal 10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê um tratamento diferenciado para as escolas rurais:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (PNE, 2000, p.23).

E a terceira está vinculada à proposta de Plano Nacional de Educação elaborado pela Sociedade Civil, que fez a seguinte referência no II Congresso Nacional de Educação (CONED):

Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio. Idêntica preocupação deve orientar a educação de grupos étnicos, como os negros e os indígenas, que precisam ter garantia de preservação da identidade e da cultura. Nesse sentido, as experiências pedagógicas acumuladas pelos respectivos movimentos sociais organizados (Movimento Negro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho das Nações Indígenas) devem ser contempladas como referências fundamentadoras de propostas pedagógicas específicas (PNE, 1997, p. 57).

Nessa trajetória de luta é notório que a educação do campo se espraia. No entanto, a pesquisa que estamos analisando mostrou que ainda há inexistência e ou precariedade do acesso à educação escolar no campo. Na pesquisa realizada, 95% da região Leste, não têm escolas. A proximidade dos assentamentos com o meio urbano é justificativa para priorizar serviços públicos de transportes escolares para as crianças desta região.

Um fator importante para se observar é que quando não há escolas nas regiões, o transporte escolar aparece como o principal elemento de acesso, isso porque o transporte escolar está garantido pela Resolução CNE/CEB Nº02, 2008, Art. 8 "O transporte escolar, quando necessário é indispensável, deverá ser cumprido de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito quando aos veículos utilizados" (seção 1, p.81).

Tabela 2 – Transporte Escolar/Dado Estadual.

Transporte	%
Sim	97
Não	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Um fator de destaque para esta região Leste, está no Assentamento Milton Santos em Americana⁹. Neste assentamento, encontramos um número significativo de pessoas frequentando vários cursos superiores ligados ao PRONERA¹⁰, o que comprova os resultados da luta por uma educação que contempla as pessoas que vivem no campo, seja por uma Educação do Campo, seja na promoção de cursos superiores em articulação com universidades públicas e poder público, tentando corresponder às necessidades daqueles que estão no campo¹¹.

Na região Central/Araraquara constatou-se a ausência das escolas em 61% dos casos. Entretanto, merecem destaque especial duas escolas desta região. A primeira situa-se na cidade de Araraquara, precisamente no Assentamento Bela Vista do Chibarro onde estão localizadas as unidades "C.E.R Waldir Alceu Trigo e a E.M.E.F do Campo Professor Hermínio Pagôtto" que são referência em atendimento às crianças do campo. Com uma infra-estrutura privilegiada, a escola atende desde a Educação Infantil na unidade Waldir Alceu Trigo até ao Ensino Fundamental completo na unidade Professor Hermínio Pagôtto.

A escola proclama em seu projeto político pedagógico uma educação voltada para o homem do campo, específica para ele e para a realidade e dificuldade que enfrentam. Todavia, o material didático é composto pelo apostilado Sesi de Ensino, que traz um conteúdo voltado para o público urbano. Isso tem causado controvérsias e contrapontos em relação ao projeto da Escola.

A segunda escola está no município de Iaras no Assentamento Zumbi dos Palmares. Trata-se ainda de uma construção que vai atender desde a Educação

⁹Este assentamento é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹⁰Cursos superiores ou não, promovido através de convênio entre universidades públicas, movimentos sociais do campo e poder público.

¹¹A maioria dos assentamentos da Região da Grande São Paulo, é vinculada ao MST, apesar de haverem outros movimentos o que em certas circunstâncias gera conflitos de idéias. Na maioria dos assentamentos ligados ao MST existem pessoas que estão fazendo algum tipo de curso superior ou técnico do PRONERA.

Infantil ao Ensino Fundamental. No entanto, segundo os assentados, a escola não é suficiente para garantir escolaridade a todas as crianças e jovens que vivem no assentamento, uma vez que neste local vivem mais de 400 famílias.



Figura 1 – "EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagôtto" e "C.E.R Waldir Alceu Trigo" no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Figura 2 – Construção da escola no Assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Quando são superadas as condições materiais, como a construção dos prédios, bibliotecas, e recursos humanos, outro desafio é colocado pela ausência do Projeto Político Pedagógico (PPP) planejado para as especificidades do campo.

Tabela 3 – Existência de projeto pedagógico nas escolas/Dado Estadual.

Projeto Pedagógico	%
Sim	30
Não	70

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Apesar da garantia para a construção de um Projeto Político Pedagógico-PPP que contemple as Escolas do Campo, ou as crianças do campo que estudam em escolas urbanas, isso na prática nem sempre acontece, como demonstra a Tabela 2, na qual, 70% das escolas dos Assentamentos que participaram da pesquisa não têm um PPP que consiga atender as especificidades das crianças que vivem no campo.

Tabela 4 – Existência de projeto pedagógico nas escolas/Região Central.

Projeto Pedagógico	Representatividade (%)
Sim	41
Não	52
Não sabe	7

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Analisando as regiões leste e central, percebe-se que na região leste, 100% das escolas não têm projeto, isto porque nesta região como já foi mencionada, a maioria das crianças assentadas é direcionada para as escolas urbanas, fato que não isenta as mesmas de terem um projeto político pedagógico voltado para especificidades do campo como rege a Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu diretrizes para a educação nacional, que declara:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996, p.8).

Na região central, notamos que este problema está melhor resolvido, pois a região apresenta que 42% das escolas possuem projetos políticos pedagógicos, porém, isto não significa porém que estes projetos contemplem as especificidades da realidade vivida pela população que vive e trabalha no campo. Infelizmente, a pesquisa não teve tempo para aprofundar esta questão.

Para a concretude da Educação do Campo nos assentamentos, o trabalho realizado pela escola e na sala de aula deve ser coerente com o projeto de educação e o projeto histórico que se quer construir comprometido com desenvolvimento do campo e da nação. Isto quer dizer que é preciso selecionar e trabalhar conteúdos que estejam em sintonia com a concepção de ser humano que se quer formar.

Nossa compreensão é a de que a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a cultura, a política, e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação (I CONFERÊNCIA NACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO- TEXTO BASE, 1998, p.36).

Deste modo, esses dados permitem inferir que as políticas públicas direcionadas a fomentar a Educação do Campo ainda são insuficientes. As perguntas que emergem destes dados são relativas ao fato de não haver um investimento direcionado à formação específica da juventude assentada. Por que as políticas públicas oscilam entre equívocos e descontinuidades? A educação é uma das estratégias de permanência da juventude no meio rural? "Ou deve prepará-la, democraticamente para uma escolha livre entre partir e ficar" dentro de circunstâncias favoráveis?

O fato é que se precisa repensar, efetivamente, a política pública, voltada

para a Educação no Campo, cuja avaliação não pode se pautar por uma eficiência descolada da realidade multidimensional dos assentamentos, mas exige, de fato, ter como prioridade, a satisfação das suas necessidades, a (re) educação, o investimento em uma capacitação adequada, a orientação para práticas agrícolas não convencionais que possam apontar para outras perspectivas de desenvolvimento rural.

Entraves ou falta de políticas públicas? Os desafios para o futuro dos assentamentos

Ao relacionar a juventude e o futuro, procuramos nos contrapor, com dados equivocados diagnósticos de que o desenvolvimento dos assentamentos não prospera em virtude da evasão dos jovens. Os dados da pesquisa demonstraram que são vários os fatores que influenciam a saída da juventude do meio rural. Como também, mostrou que 67% dos pais desejam que seus filhos permaneçam no assentamento.

Tabela 5 – Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/
Dado Estadual.

Permanência	%
Ficassem	67
Saíssem	33

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Através da interpretação dos dados qualitativos referentes ao futuro e permanência dos filhos nos assentamentos foi possível constatar que em quase metade das famílias pesquisadas, os filhos estão morando e trabalhando fora e não pretendem voltar. As respostas mais comuns foram que os filhos estão casados e trabalhando principalmente no setor industrial das cidades. Entre os que permanecem no assentamento, a grande maioria espera continuar vivendo e trabalhando no lote.

Para que seus filhos permaneçam nos lotes, quase todos assentados citam alguma atividade e/ou melhoria necessária para o assentamento. Muitos já projetam o sítio pensando na possível permanência de seus filhos, como a instalação de sistema de irrigação, comprar mais gado e deixar para os netos, plantar café. Outra informação que merece destaque é com relação à formação dos filhos, muitos esperam que eles vão estudar fora, cursar uma faculdade,

colégio técnico nas áreas ligadas às ciências agrárias e voltem com a teoria relacionada à prática para morar e trabalhar no lote. Como exemplo, podemos citar a visão de um dos assentados: "é preciso dar formação necessária para que eles possam escolher entre ficar ou sair do assentamento, sabendo das dificuldades da vida lá fora e perceber que o assentamento é seu porto seguro" (Pesquisa de Campo, 2011).

Também foram observados relatos com a intenção de dividir o lote entre os filhos, construir suas casas e propiciar condições produtivas para que eles se fixem no assentamento. Podemos comprovar através da fala de um dos assentados: "tenho seis (6) filhos e gostaria que cada um ficasse com 1 alqueire¹². Outra fala relevante foi de um senhor que disse: "porque na terra ninguém passa fome e tem maior qualidade de vida" (Pesquisa de Campo, 2011).

Uma parte significativa dos assentados apontou como deficiente, a renda para fixar os jovens no assentamento, se procura empregos nos centros urbanos, é há maior perspectiva. Logo a sugestão com maior incidência relaciona-se à demanda por incentivos e apoios para desenvolverem projetos que lhes garantam renda própria. Um comentário que reproduz esse entrave foi dito por uma senhora: "é necessário criar formas de renda que possibilitem perspectivas de futuro mais atrativas do que as ofertadas nas cidades" (Pesquisa de Campo, 2011).

Para tanto, o futuro do assentamento segundo a maioria das respostas depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Dentre os comentários que merecem destaque estão:

✓ A política deveria voltar como era antes, ter barricada para impedir pessoas estranhas, pois quem coordenava eram os assentados, não tinham INCRA. Com o objetivo de ter menos divisão, ter mais reunião, e voltar a ter representantes. De acordo com os assentados, a preferência deve ser a minimização da dependência ao INCRA;

✓ O futuro do assentamento depende de planejamento do presente. Saber para onde o assentamento vai caminhar depende do povo, do INCRA em desenvolver mais as coisas;

¹²Nestes casos, os assentamentos não são PDS, nos quais, os tamanhos dos lotes são pequenos para dividir com todos os filhos. Outro fator, para ser estudado dentro das políticas públicas, como fica a divisão da terra entre os filhos quando o lote é em tamanho inferior e que não daria para se dividir com todos os filhos?

✓ Uma política mais direcionada que atenda aos pequenos agricultores e assentados; selecionar melhor os assentados com aptidão com o trabalho rural (Pesquisa de Campo, 2011).

Outros assentados acreditam que o assentamento, para se desenvolver, depende da produção. A grande maioria demandou serviços de infraestrutura básica para produção, como a água que é um fator preocupante em muitos assentamentos. Assentar as famílias requer um cuidado por parte dos órgãos responsáveis, uma vez instalado um assentamento em uma área que apresenta falta de água para a produção, vai proporcionar futuramente um entrave para o desenvolvimento econômico e social das famílias e do próprio assentamento.



Figura 3 – A imagem da foto ilustra uma das possibilidades de desenvolvimento. Geração de renda e transmissão do conhecimento agrícola, valorização do homem do campo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Um importante fator apontado com frequência foi o crédito, e outros incentivos financeiros. Uma reivindicação se dá pela existência da Declaração de Aptidão

ao PRONAF-DAP¹³ (específica¹⁴ para as mulheres e outra para os jovens, como forma de reconhecimento do trabalho no lote. Apesar de existir o Pronaf Jovem¹⁵ o acesso por parte dos jovens demonstrou poucas experiências que deram certo, sendo que as seguintes demandas são "o crédito não sai no momento certo, há muito atraso; fomentos a rendas não agrícolas houve destaque para o financiamento para artesanato" (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Outro enfoque referido foi à necessidade de infraestrutura e serviços públicos de qualidade, como as apontadas a seguir: melhores condições de estradas; acesso à energia voltada ao rural, uma política que como a Tarifa Reduzida ou Tarifa Verde que beneficia a população rural, em especial os produtores rurais; serviços públicos no geral, destacando-se saúde, transporte coletivo, e educação (Pesquisa de Campo, 2011).

Analisando a questão da infraestrutura, Carneiro, (2011) observou que em áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura (qualidade de estradas e dos meios de transporte que facilitem a comunicação com a cidade, saneamento básico, telefonia etc.) indícios de mudança nos valores dos jovens no que refere à relação campo-cidade.

Influenciados pela própria valorização urbana do campo como lugar saudável, tranquilo, sem violência, os jovens começam a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não agrícolas. Contribuem para esta decisão o aumento da violência nas cidades e a ampliação do mercado de trabalho não agrícola no campo (CARNEIRO, 2011, p.253).

¹³Os assentados comentaram que para garantir a renda de produção, seria necessário que existisse uma DAP, tanto para a mulher quanto para a juventude desvinculada da DAP do marido, pai como forma de reconhecimento da mão-de-obra na produção do lote.

¹⁴Este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

¹⁵Este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Diante dos dados obtidos nessa pesquisa, podemos fazer uma pequena síntese das possíveis causas das saídas dos jovens: falta de renda própria; poucas alternativas profissionais; inadequadas políticas públicas dirigidas aos jovens; infraestrutura; meios para constituir uma família em um novo lote; cultura e lazer.

Contudo, há controvérsias na posição dos pais em relação à permanência dos filhos nos assentamentos. Os mesmos vivem uma situação que os colocam em dúvida em relação à permanência de seus filhos nos assentamentos. Pois, alguns entrevistados declaram preferir que os filhos ficassem no assentamento e o motivo maior é para ficar junto da família. Na região Central como pode ser observado na tabela 72% dos assentados deseja a permanência dos filhos nos assentamentos.

Tabela 6 – Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/
Região Central.

	Representatividade (%)
Saíssem	28
Ficassem	72

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O desejo das famílias que moram na região leste é contrário ao da região central e como mostra a tabela sendo que 79% dos assentados desejam a saída dos filhos.

Tabela 7 – Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/
Região Leste.

	Representatividade (%)
Ficassem	21
Saíssem	79

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Apesar das controversas entre as regiões as falas de assentados (dados qualitativos) relatam a vontade e desejo de permanência de seus filhos. A maioria diz que o assentamento precisa de infraestrutura para que eles fiquem e dêem continuidade ao trabalho e sobrevivência na terra. A questão da educação, do esporte e lazer estão entre as maiores reivindicações dos pais.

Tabela 8 – Sugestão para que os filhos não saiam do assentamento/Dado Estadual.

Sugestão	%
Turismo	4
Agroindústria	5
Renda não agrícola	8
Lazer e Cultura	18
Infraestrutura	14
Educação/Escola	21
Outros	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A falta de infraestrutura, educação/escola e lazer/cultura, além da falta de renda são fatores que acabam por expulsar os jovens dos assentamentos, o que vem prejudicando o futuro do local. Outros fatores, foram arrolados como fatores de garantia do futuro dos assentamentos.

Tabela 9 – Do que depende o futuro dos assentamentos/Dado Estadual.

Futuro	%
Agroindústria	4
Renda não agrícola	2
Lazer/cultura	4
Infraestrutura	16
Educação/escola	10
Outros	25
Titulação da terra	1
Melhor organização dos assentados	13
Mais créditos	8
Assistência técnica	17

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A própria população pesquisada identifica que para melhorar o assentamento é necessário: infraestrutura, educação/escola, melhor organização dos assentados, melhor assistência técnica, itens dos quais depende o futuro dos assentamentos. A discussão de ações para o desenvolvimento dos assentamentos pode (e deve), antes de qualquer outro dado, partir dessa preciosa e realista auto-avaliação.

Considerações Finais

A juventude nos assentamentos encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, e ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Com a falta de recursos os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura.

Diagnósticos apressados sobre a evasão da juventude ou a falta de perspectiva para os assentamentos em vista do envelhecimento devem ser evitados. Evidentemente, a situação e perspectiva da juventude, paralelamente aos dilemas do grupo etário mais avançado são extremamente problemáticas. A política pública deve avançar por caminhos não trilhados para contemplar o desafio geracional na área rural e nos assentamentos rurais.

Entre o ficar ou sair do assentamento há mediações que necessariamente devem ser resgatadas. Especialmente, porque os assentamentos têm dado mostra de que estão cada vez mais dentre as possibilidades do processo de redemocratização da sociedade brasileira. E a juventude assentada cumpre um papel fundamental para o futuro dos assentamentos.

Referências

ABRAMO, H.W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; VENTURI, G.; BRANCO, P.M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. Ed. Perseu Abramo, São Paulo 1ªed., 2005.

BRASIL. Lei Federal 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Plano, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira**. II Congresso Nacional da Educação (CONED). Belo Horizonte/MG, 1997. Disponível em: <<http://www.fedepsp.org.br/documentos/PNE%20%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>> Acesso: 6/10/2011.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB N° 02/2008**. Estabelece diretrizes

complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

CARNEIRO, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P.M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. Ed. Perseu Abramo, São Paulo 1ªed., 2005.

_____ O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA, F.C.S.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.

CALDART, R.S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", nº04, 2002, p.25-36.

FERNANDES, B.M. Educação do Campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C.A. dos. (Org.) **Por uma Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008, p.39-66.

I Conferência Nacional: **Por Uma Educação Básica do campo**. Texto Base. Luziânia/GO, 27 a 31 de Julho de 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/42E8154B-81FA-40F3-83B6-325D338D5B81/FinalDownload/DownloadId-72F6B4980F860B87B78233FB6910B90D/42E8154B-81FA-40F3-83B6-325D338D5B81/images/0014/001497/149798porb.pdf>> Acesso em 03/05/2013.

MOLINA, M.C.; FREITAS, H.C.A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em aberto**, Brasília, v.24, n.85, p.17-31, Abril, 2011.

SILVA, S. **Avaliação do Rendimento Escolar a partir do Projeto Educação do Campo no Assentamento Bela Vista do Chibarro – Araraquara/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia da Terra). Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, 2011.

SILVA, J.R.; BATISTA, C.W.S. Juventude rural e agricultura familiar: os

determinantes da escola profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL. **Revista Científica do IFAL**, n. 2, v.1 - jan./jul. 2011.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S.V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2009, Porto Alegre/RS. In: **Anais...**, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>> Acesso em: 16/02/2011.

WHITAKER, D.C.A.; SOUZA, M.F. de. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.10, Uniara/Nupedor, p.113-125, 2006.